

Norte e Nordeste lideram em motos sem habilitação

Em onze estados brasileiros, o percentual ultrapassa os 50%

O aumento nas vendas de motocicletas trouxe à tona um dado preocupante: em onze estados brasileiros, mais da metade dos proprietários de motos, motonetas e ciclomotores não possui a habilitação tipo A, necessária para conduzir esses veículos.

O Maranhão destaca-se nesse cenário, com um índice de 70% de proprietários sem a devida habilitação. Esses dados fazem parte de uma pesquisa inédita divulgada pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).Dentre os aspectos que chamam atenção no levantamento está o fato de que todos os estados da lista com mais de 50% dos proprietários de moto sem habilitação, estão nas regiões Norte e Nordeste do país.O estudo também apresenta os estados com menores percentuais de discrepância. Santa Catarina é o que tem o índice mais baixo, possuindo 18,9% de proprietários de veículos automotores de duas rodas que não possuem habilitação própria.

Motos nas ruas

A pesquisa Senatran revela mudanças na dinâmica da mobilidade urbana, dificuldade de acesso à carteira de motorista por par-



A pesquisa Senatran revela mudanças na dinâmica da mobilidade urbana

te da população devido ao valor e crescimento dos aplicativos de serviços para entrega e transporte, impulsionados tanto por quem consome, quanto por quem tem nesses serviços fonte principal ou complemento de renda. É o que observa o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

“O acesso à carteira de habilitação implica em uma maior formalização e isso tem duas externalidades positivas. A primei-

ra é que aumenta a segurança viária. O cidadão, quando está regularizado, tende a agir conforme as regras. O segundo ponto é a questão da inclusão social. É muito importante termos consciência do quanto a questão da CNH está ligada ao emprego formal”, disse.

Atualmente o Brasil possui 34,2 milhões de motos, motocicletas e ciclomotores registrados e 32,5 milhões de donos. Isso

representa 28% de toda a frota nacional. As projeções feitas pela Senatran indicam que em seis anos esse percentual pode chegar a 30%. Entre os anos de 2023 e agosto de 2024 os órgãos de trânsito brasileiros registraram ao menos 714,7 mil infrações por dirigir moto, motonetas e ciclomotores sem habilitação. Minas Gerais foi o campeão de multas, aparecendo com um total de 124,1 mil.

CORREIO OPINIÃO

Previdência Privada: um bem maior

Por Wagner Balera*

A Previdência Social é oferecida a todos os trabalhadores que, compulsoriamente, devem aderir ao sistema estatal. Se os cadastros funcionassem, como é evidente, inexistiria mercado informal de trabalho que, segundo a abalizada opinião de um especialista, já representa quarenta por cento da força de trabalho.

A adesão a previdência privada deve ser sempre, facultativa. O plano privado, onde for instituído, há de ser oferecido a todos os empregados. Eis a exigência de equidade a ser adequada a cada grupo protegido.

O esforço financeiro que um plano privado exige de quem se disponha a sustentá-lo é, igualmente, natural que certos traços característicos da relação de trabalho ganhem relevância.

Assim, pode ser que a mesma remuneração, tempo equivalente de vinculação trabalhista com a instituidora, funções ocupadas ao longo da vida funcional, entre outras de igual relevância, em termos de Previdência Privada, mereçam consideração e qualificação. Certa disparidade de tratamento é permitida. Porém, a desproporção infundada seria ilegal.

Inadmissível seria a criação de grupo seletivo de pessoas a quem sejam concedidos todos os privilégios, enquanto os demais ficam à mercê de riscos bem maiores.

O plano deve ser oferecido a todos. Isto não significa que deva ter idêntica configuração relativamente a todos os participantes. Dentro do plano, os participantes terão tratamentos proporcionais aos seus cargos (que influenciam no padrão de vida), ao tempo de vinculação com o Instituidor, à responsabilidade assumida perante aquele, entre outras.

Tal como ocorre no regime do INSS quem ganha mais paga mais, no sentido de manutenção do padrão de vida, na Previdência Privada se observa a proporcionalidade entre os rendimentos mensais e as contribuições vertidas para o fundo comum. A diferenciação dos empregados dentro do plano deve refletir o cargo do profissional, sua remuneração, o tempo de vinculação com a Instituidora, isto é o seu status profissional. Dentro do Plano de Previdência Privada pode haver diferenciação entre empregados, pautada na manutenção de padrão de vida na inatividade ou velhice.

O universo do seguro trabalha com certa categoria de pensamento: a manutenção atuarial, porque o prêmio a ser vertido deve, sempre e sempre, ser capaz de proporcionara cobertura contratada. É o que, em nosso direito, diz a Constituição, com a seguinte expressão: observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

*Advogado e professor.

Bahia publica estudo sobre Oropouche

Técnicos da vigilância da Secretaria da Saúde publicaram um estudo no prestigiado periódico Emerging Infectious Diseases do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, dos Estados Unidos. O artigo aborda dois casos fatais de Febre Oropouche ocorridos em 2024 em pacientes jovens, sem comorbi-

dades, residentes em Valença e Camamu.

A investigação foi conduzida pela equipe da vigilância epidemiológica da Sesab, que detalhou a rápida evolução dos sintomas nos dois casos, culminando em óbito em menos de uma semana. O vírus Oropouche, uma arbovirose de importância crescente na

América do Sul, foi detectado em ambas as pacientes por meio de análises metagenômicas e exames laboratoriais rigorosos.

De acordo com a diretora de vigilância epidemiológica, Márcia São Pedro, a confirmação dos óbitos foi realizada após um processo criterioso, com entrevistas domiciliares e análises detalhadas

dos prontuários médicos, além de contato direto com as equipes de saúde que atenderam as pacientes.

“O artigo reafirma o trabalho contínuo que temos realizado em conjunto com o Ministério da Saúde no monitoramento de casos e investigação epidemiológica de doenças emergentes”, afirmou São Pedro.

“Não existe preto ou branco na política. Para entendê-la, é preciso enxergar bem mais que 50 tons de cinza”

Rudolfo Lago

Formado pela Universidade de Brasília, Rudolfo Lago tem 37 anos de profissão, especialmente na cobertura de política. Responsável por furos como o dos Anões do Orçamento e a série de reportagens que levaram à cassação do ex-senador Luiz Estevão. Vencedor do Prêmio Esso, entre outras premiações.

No Correio Político, o leitor conhecerá os meandros, os bastidores, do poder em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Histórias que ajudarão a entender por que as decisões são tomadas ou não nos três poderes da República.



RUDOLFO LAGO

Correio da Manhã Correio Petropolitano Correio Sul Fluminense

MOLICA FERNANDO



“Em meio a tantas fake news, o jornalismo ganhou uma importância ainda maior ao fornecer informações corretas e análises que ajudam o leitor a tomar suas decisões.”

Fernando Molica

Carioca, jornalista e escritor, trabalhou em publicações como 'Folha de S.Paulo', 'O Globo', 'O Estado de S.Paulo' e 'Veja' e na TV Globo, CNN e CBN. Recebeu, entre outros, os prêmios Vladimir Herzog e Embratel de jornalismo. Autor de nove livros, entre eles, seis romances, é botafoguense e mangueirense.

No 'Correio da Manhã', Fernando Molica é responsável por duas colunas diárias: um artigo de opinião que trata de cultura e política e o Correio Nacional, que traz em forma de notas curtas, informações exclusivas sobre política, administração pública e universo empresarial.

Correio da Manhã Correio Petropolitano Correio Sul Fluminense